

---

## **17. REPENSANDO A POLÍTICA ENTRE NÓS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-ANALÍTICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL**

Jonatha Vasconcelos Santos<sup>1</sup>

### **Uma introdução por caminhos estrangeiros: desafios no estudo da dinâmica política do Brasil**

A construção da representação da imagem do Brasil diante do mundo, nas Ciências Sociais, inclusive aquela produzida no país pelos “pensadores que inventaram o Brasil”, termo utilizado por Cardoso (2013) para se referir aos clássicos do pensamento social brasileiro, sempre teve como base a relação entre os elementos empíricos nacionais e os conceitos estrangeiros. Parte disso, é importante ressaltar, está relacionado com dois fatores que se articulam. Primeiro, a trajetória acadêmica desses inventores do Brasil que passam por um trânsito acadêmico internacional. E segundo, os projetos de política pública e incentivos nacionais aos intelectuais estrangeiros que, instalando-se nesse país, construíram escolas de pensamento sociológico e antropológico.

De modo geral, isso trouxe um problema para a produção acadêmica das Ciências Sociais no Brasil, haja vista, a construção de uma representação do Brasil, em especial, foco desse artigo, da política nacional, a partir de olhares estrangeiros ainda que feito por “nossos” pensadores.

O sociólogo Tavoralo (2014) em seu texto sobre a “tese da singularidade brasileira revisitada” nos traz algumas questões, por exemplo, acerca da incorporação do tema da “modernidade” no pensamento social brasileiro. Para o autor, é bastante claro como a modernidade ocupa uma “posição privilegiada” na sociologia do Brasil, e mais, a partir da incorporação dos principais elementos caracterizadores da modernidade elencados pelo autor:

- (a) diferenciação/complexificação social; (b) secularização; (c) separação entre domínios públicos/privados; (d) subjetividade autocentrada e, finalmente; (e)

---

<sup>1</sup>Bacharel em Ciências Sociais pela UFS, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS e integrante do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP). [vasconcelos.jonatha@globomail.com](mailto:vasconcelos.jonatha@globomail.com)

---

divórcio entre sociedade/natureza são alguns dos principais pilares desse imaginário sociológico hegemônico. (TAVOLARO, 2014, p. 644-645)

É através da busca de uma “singularidade brasileira” no pensamento social brasileiro que ainda prevalece entre os estudos acadêmicos atuais que se constrói uma representação de um Brasil desviante. E como desviante estamos nos referindo à algo que foge ao normal.

(...) prevalece a imagem de um corpo social esgarçado, para não dizer amorfo, politicamente débil, incapaz de estruturar um âmbito de sociabilidade alternativo às esferas políticas e econômicas e, por essa razão, impossibilitado de se converter em agente independente do Estado e da economia – e deles cobrar suas aguardadas responsabilidades. (...)

Não menos comum é a imagem de que a sociedade brasileira permanece atada a códigos e referências não de todo racionalizados. Com isso, perpetua-se a convicção de que entre nós não teria se completado de forma integral a transição de uma ordem tradicional em direção a um cenário propriamente pós-tradicional. (TAVOLARO, 2015, p. 642-643)

Essa imagem de um “corpo social esgarçado” e “politicamente débil”, é importante ressaltar, também não é uma “singularidade brasileira”, pelo contrário, podemos refletir enquanto uma realidade não singular de países latino americanos, asiáticos e africanos, por outrora intitulados de países considerados do terceiro mundo ou periféricos.

Diante dessa divisão entre países com tradição em democracia e modernidade e contextos não modernos, alguns autores como Latour (2013) e Goody (2008) já indicaram a necessidade das Ciências Sociais compreender o processo de construção também da representação moderna em do “primeiro mundo”. Para Latour (2013), por exemplo, sugere que a modernidade é resultado de dois processos sociais: o de i) tradução e ii) purificação.

A tradução é a criação de um discurso moderno em seu sentido ideal de objetos e fatos sociais híbridos, este último termo, uma noção importante para Latour e que define a condição moderna. Por sua vez, a purificação, consequência da tradução, é a constituição de “duas zonas ontológicas inteiramente distintas”: a dos humanos e não-humanos. Juntos, a tradução e a purificação são os dois processos que constroem o discurso moderno que, para o autor, é uma construção artificial. De modo geral, essas noções como “hibridismo”, “tradução”, “objetos humanos”, “objetos não-humanos” e “purificação” recorrentemente reaparecem em Latour na construção daquilo que o autor intitula de antropologia simétrica que busca identificar as incongruências na constituição do discurso ideal de modernidade.

Sendo assim, o pensamento social brasileiro por um longo período não se ateve ao debate sobre a categoria “modernidade”, fazendo dela um objeto de pesquisa. Ao contrário disso, os autores incorporaram tal categoria em busca de suas regularidades e potencialidades analíticas no Brasil.

---

Diante dessa situação, o artigo busca refletir a potencialidade analítica dos conceitos de parentela, grupos de parentela e dominação colegial utilizados por Queiroz (1976) e Lewin (1993) e de voto-adesão em Palmeira (1996) para o estudo da dinâmica política no Brasil.

### **A parentela e a dominação colegial: uma forma de organização sócio-política**

A utilização das categorias de parentela, grupos de parentela e dominação colegial em Queiroz (1976) e Lewin (1993) está relacionado com a tentativa dessas autoras em investigar e buscar alternativas analíticas para o estudo da política até a metade do século XX no nordeste brasileiro. Apesar desses estudos adotarem como objeto de estudo um contexto geográfico e histórico bastante datado na história do Brasil, como algumas autoras registram, é possível encontrar nesse período aspectos importantes da dinâmica política do país.

O coronelismo da primeira metade do século XX é o contexto social, ou melhor, o principal cenário das observações dessas autoras. Nesse período, o personagem do coronel é o protagonista das disputas familiares pelo poder que, naquele momento, aparece mais ou menos centrado no coronel.

No entanto, antes de prosseguir no uso da categoria do coronelismo é importante salientar alguns contornos que contribuem para o entendimento dessa categoria. Para Queiroz (1976), o coronelismo é “uma forma assumida pelo mandonismo local”, e este último, já adquiriu outras configurações em outros momentos históricos. Além da relação com o mandonismo local, para a autora, o coronelismo também é caracterizado por um traço específico e que constrói a dinâmica socioeconômica tradicional daquele período, ou seja, a presença dos “grupos de parentela”. Por sua vez, os grupos de parentela são definidos por:

(...) um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais). Grande parte dos indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco, fosse legalmente, fosse por via bastarda; as alianças matrimoniais estabelecem laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezados quanto os de sangue; finalmente, os vínculos do compadrio uniam tanto padrinhos e afilhados quanto os compadres entre si, de modo às vezes mais estreito do que o próprio parentesco carnal.” (QUEIROZ, 1976, p. 179-180)

É a partir dessa definição de grupos de parentela que a autora identifica os principais elementos da estrutura política do coronelismo como i) a incorporação de indivíduos não familiares – no sentido tradicional do termo que é definido a partir de uma relação de consanguinidade entre os membros de um grupo familiar – na parentela, ii) o processo de sucessão da chefia, iii) a relação de pertencimento no ato do voto entre a população, iv) as

---

possibilidades de ascensão social e v) e as múltiplas faces da dominação assumida pelo grupo que não limita a parentela ao domínio político.

Desse último ponto, destaca-se a noção de dominação colegial utilizada pela autora que resgata de Jean Blondel<sup>2</sup> que designa esse tipo de dominação como um dos três tipos de estrutura coronelística. A dominação colegial é caracterizada pela distribuição dos membros de uma parentela para a dominação em diversos setores da sociedade como o jurídico, o político, o religioso, o médico etc.

A partir da definição de dominação colegial, o coronelismo reafirma uma forma de dominação que caracteriza a dinâmica política no Brasil, haja vista, a múltipla atuação das elites em diversos setores sociais. Com isso, é importante ressaltar, não se pretende afirmar nesse artigo que há uma relação direta entre o coronelismo e as práticas políticas mais recentes no Brasil, argumento utilizado, por exemplo, em espaços acadêmicos e jornalísticos para desqualificar a “não modernidade” da política brasileira.

Ainda que não haja uma relação direta entre o coronelismo e a forma de dominação das elites no Brasil, é imprescindível não relacionar esse traço do mandonismo local da primeira metade do século XX com a múltipla inserção das grandes famílias que possuem seus membros distribuídos em setores da política, comunicação, ONGs, empresariado, religião etc.

Com isso, a dinâmica da parentela e dominação colegial imprime em suas definições um desafio teórico e metodológico importante para o estudo da política no Brasil: quais são os limites da utilização de conceitos que possuem como prerrogativas a autonomização e independência de “campos” ou setores sociais distintos?

Em resposta à pergunta acima, esse tópico buscou esclarecer como as noções de grupos de parentela e a dominação colegial que marcam o coronelismo, um fenômeno referente ao mandonismo local e uma forma de organização sócio-política, rompem com as prerrogativas de autonomização e independência do “campo político”<sup>3</sup>. Junto a isso, a história da atuação das elites, do processo de seleção das elites políticas e do engajamento militante no Brasil ilustram um crescente processo de intersecção na atuação desses atores em diversos setores sociais. É por esses argumentos históricos e empíricos que as dinâmicas políticas no Brasil registram um desafio a utilização de conceitos recorrentemente utilizados, como é o

---

<sup>2</sup> Jean Blondel foi um importante estudioso francês sobre o tema do coronelismo no Brasil e que a autora recorrentemente utiliza-se para construir seu argumento.

<sup>3</sup> Termo empregado a partir da noção de campo em Pierre Bourdieu.

---

caso do de campo ou família, este último em referência a ideia de “grandes famílias” e, por último, faz-se necessário um retorno a reavaliação de categorias e conceitos forjados a partir de estudos nacionais.

### **O Significado do Voto-Adesão**

Por um longo tempo, as Ciências Sociais, e mais especificamente, a Ciência Política consideraram o ato de votar enquanto resultado de i) uma escolha individual direcionada a um projeto político de determinados partidos e ii) expressão de um comportamento de cidadania (PALMEIRA, 1996). Em parte, esses dois fatores que caracterizaram o voto nos estudos das Ciências Sociais estiveram relacionados a uma concepção da política tal como “ocorria” nos “países de primeiro mundo” onde o voto era individual – um valor fundante da modernidade (GOODY, 2008) – e um gesto de racionalidade, ou seja, uma escolha.

Ao contrário da representação do voto explicitada acima, os estudos sobre a representação do voto em estudos sobre a política da Antropologia Política no Brasil, tem ressaltado uma outra dimensão do voto: o sentimento de adesão.

Numa eleição o que está em jogo, para o eleitor (...) não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade que, como lembramos acima, não é um lado fixo. E, em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública antecipada do voto. (...) E mais ainda, é uma sinalização de que o dono da casa pertence a uma determinada facção. (...)

Se o voto-escolha é uma decisão, uma decisão individual, tomada com base em certos critérios e em um determinado momento, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política. (PALMEIRA, 1996, pg. 45)

Dessa fidelidade, se define, na posteridade, o acesso a serviços, favores, bem materiais ou postos de trabalho. Com isso, Palmeira (1996) em seu estudo sobre a política, facções e votos faz a diferenciação entre as noções de voto-escolha e voto-adesão.

Além da adesão e fidelidade enquanto característica da noção de voto-adesão acima definida por Palmeira, há outros dois elementos do parágrafo destacado que diferencia o voto-adesão do voto-escolha, sendo este último, a representação do voto na “política moderna”. Primeiro, o voto não é um ato estritamente relacionado com o “tempo da política”, em outras palavras, o período eleitoral. Segundo, o voto não é um ato individual, pois é um voto que compromete “o indivíduo ou a família, ou alguma unidade social significativa”.

---

Com essas distinções entre o voto-escolha e voto-adesão, o autor assinala aquilo que caracteriza a dinâmica política no Brasil, e quando insistimos com o Brasil, é pura e simplesmente por ser o objeto de pesquisa desses autores: a permeabilidade e importância das redes sociais e pessoais nas práticas políticas.

Paralelamente a essas formulações teóricas, retomamos o exercício de questionamentos acerca da utilização de categorias e conceitos aos problemas de pesquisas formulados em pesquisas brasileiras: a) não será necessário interrogar a validade daquilo que é considerado o voto e investigar empiricamente o sentido atribuído ao voto? b) o voto-escolha-individual é potencialmente explicativo e analítico aos nossos estudos? Quais as contribuições da noção de voto-adesão em Palmeira (1996) para os estudos sobre os processos eleitorais, o voto e a dinâmica política?

Esse conjunto de questionamentos, antes de propor uma agenda de pesquisa sobre esses temas, nos atentam às clássicas ferramentas analíticas das Ciências Sociais: o estranhamento sociológico ou antropológico e a revisão ou anulação das pré-noções que acompanham e aterrorizam os cientistas sociais. Essas provocações são ainda mais necessárias nos estudos e pesquisas realizadas em países localizados fora do eixo Europa e América do Norte, neste último, principalmente os Estados Unidos onde as Ciências Sociais se constituem nos últimos dois séculos. E quando ressaltamos ser ainda mais importantes tais provocações em terras latinas, por exemplo, onde nos encontramos, pelo fato de utilizarmos como suporte teórico-analíticos um conjunto de “ideias fora do lugar”, como diria o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

## **O Princípio da Reflexividade e o Estudo da Política**

Diante desses desafios teórico-metodológicos da Sociologia no estudo de temas correlatos ao do poder e da política, nesse tópico, demonstraremos a relevância do princípio da reflexividade enquanto uma ferramenta de apropriação de conceitos em diálogo com o campo empírico.

A reflexividade enquanto princípio de pesquisa pode ser encontrada em vários modelos de pesquisa, podemos elencar quatro: a prática etnográfica, o *double bind*<sup>4</sup> já

---

<sup>4</sup> *Double bind* significa, em tradução literal, “dupla conexão”. Em Bourdieu (2002), o significado se adapta em uma dupla conexão entre as categorias teóricas e o campo empírico. Com isso, se estabelece o princípio da reflexividade.

---

atentado por Bourdieu (2002), a ideia de mosaico científico em Becker (1993) e a noção de artesanato intelectual em Mills (1982, 2009). Esse conjunto de práticas de pesquisa sociológica, na ausência de outro termo, no geral, os quatro modelos de pesquisa indicam para coisas distintas, desde uma sensibilidade das Ciências Sociais como é o caso da etnografia (SCHATZ, 2009) até um manual de pesquisa como é o artesanato intelectual em Mills.

O princípio da reflexividade, a partir desse conjunto de autores elencados acima, pode ser definido como uma forma de abordagem de um problema sociológico, antropológico ou da ciência política que tem como principal característica a) uma profunda inserção e conhecimento sobre o campo e objeto de pesquisa, b) a utilização de várias fontes de dados produzidos acerca desse objeto e c) um alto nível de diálogo entre as produções teóricas e os materiais empíricos coletados. Com base nessa definição, a reflexividade passa a ser um princípio capaz de ser utilizado em diversos campos e temáticas de pesquisa, assim como, metodologias ou ferramentas metodológicas.

No estudo da política, vários autores (CEFAÏ, 2010; SCHATZ, 2009 ; PEIRANO, 1992; LATOUR, 2004, 2013; BAIOCCHI & CONNOR, 2008; AUYEIRO, 1999, 2013; KUSCHNIR, 2007; OLIVEIRA, 2010) sinalizam para um debate sobre o uso do princípio da reflexividade em uma diversidade de temas como as práticas políticas dos parlamentares, as trocas de favores, a modernidade política e os processos de engajamento político.

A reflexividade enquanto um princípio das Ciências Sociais, nesse sentido, se localiza no exercício de ida e volta entre o “sonho do pensamento retilíneo” e a política “torta”, ou seja, em uma relação dialógica entre os conceitos e a empiria. Com dialógica queremos ressaltar o aspecto relacional e interativo entre os dados empíricos e os conceitos elaborados pelas Ciências Sociais, com isso, justificamos o não uso, nesse caso, da lógica dialética que possui como pressuposto um jogo de forças em oposição.

### **Entre gramáticas política e repertórios de contestação: um estudo de caso sobre o Coletivo Sarau Debaixo em Aracaju**

Os estudos sobre os movimentos sociais já impuseram aos pesquisadores grandes desafios acerca das mudanças em suas formas de ação, as maneiras dos movimentos sociais se relacionarem com o Estado, os diferentes modelos de organização adotados e os modelos de engajamento desenvolvidos pelos militantes nas mais diversas organizações e movimentos sociais.

---

A década de 1980, por exemplo, dez anos após os movimentos sociais terem sido transformado em objetos de estudo no Brasil (CARDOSO, 1994), é marcada pelo processo de institucionalização dos movimentos sociais. Segundo Ruth Cardoso, é nesse momento que surge de modo intenso os conselhos de participação e são abertos novos espaços de atuação dos movimentos sociais através de políticas públicas e outros “canais participativos”. E juntamente com essa forma de ação política institucionalizada, aparece um perfil militante especializado na criação de projetos e uma gramática política que se sustenta nessas ações mais institucionalizadas. Alguns autores (GOIRAND, 2009; CARDOSO, 1987, 1994; JACOBI, 1987) já destacam que essa transformação entre os movimentos sociais e outras formas de ação coletiva não constituem mudanças particulares ao contexto brasileiro, mas antes, fazem parte de um processo de redemocratização política na América Latina.

É importante salientar a redemocratização política na década de 1980 como um marco nas mudanças da dinâmica dos movimentos sociais, assim como nas interpretações das Ciências Sociais no Brasil<sup>5</sup> em torno desse tema. E mais recentemente, um novo marco tem sido utilizado, o Ciclo de Protestos de 2013, que tem sido caracterizado pelo surgimento de um conjunto de grupos e coletivos que constroem uma gramática política e dinâmicas de contestação onde questionam a relação entre movimentos sociais, partidos políticos e o Estado. Entre esses novos elementos que caracterizam esses novos grupos e coletivos, destacaremos as mudanças na dinâmica de engajamento e formas de contestação a partir de uma pesquisa de dissertação em desenvolvimento sobre o Coletivo Sarau Debaixo em Aracaju.

A última década, em Aracaju, é marcada por um novo fluxo de movimentos juvenis que se caracterizam pela utilização da intervenção urbana como principal repertório de ação. O Coletivo Sarau Debaixo faz parte desse novo movimento na capital sergipana e os registros sobre sua atuação datam de setembro de 2013, meses após o fim do Ciclo de Protestos que aconteceu no mesmo ano.

Em setembro de 2013 o coletivo iniciava sua principal ação que iria durar dois anos sem nenhuma interrupção, haja vista, a intervenção do Sarau Debaixo. Os saraus promovidos

---

<sup>5</sup> Ruth Côrrea Leite Cardoso (1994), por exemplo, elenca duas interpretações das Ciências Sociais para o tema dos movimentos sociais. Na década de 1970, marcador temporal utilizado pela autora para ressaltar o início dos estudos sobre os movimentos sociais, Cardoso chama de “a emergência heroica dos movimentos” as primeiras interpretações caracterizadas pela exaltação do caráter revolucionário dos “sujeitos históricos” engajados. A segunda interpretação tem início na década de 1980 e a autora chama de “institucionalização”, pois esses estudos buscavam perceber a relação as novas formas de ação coletiva que derivavam dos novos canais de participação, agora, institucionalizados, ou seja, em interação com o Estado.



pelo coletivo ocorrem sempre na terceira terça de cada mês embaixo do Viaduto Carvalho Déda que é mais conhecido como Viaduto do D.I.A em referência a localização da obra que fica no Distrito Industrial de Aracaju. Desde então, o espaço que fica na parte inferior do viaduto e era dedicado para um estacionamento que pouco era utilizado devido ao alto risco de assalto ou algum outro tipo de violência, o viaduto tem sido ocupado pelo coletivo que mensalmente atua com a intervenção urbana.

Com isso, a prática do sarau foi adotada pelo grupo enquanto o repertório de ação por excelência do coletivo e que foi responsável pelo reconhecimento do grupo diante de outros movimentos e coletivos juvenis da cidade. O Sarau Debaixo consiste em uma reunião de caráter cultural e político onde promove encontro entre jovens militantes e não militantes e, no caso dos engajados, com perfil de engajamento bastante diferenciado que passa pelas juventudes partidárias até coletivos e movimentos sociais em disputa.

Para ilustrar o que é o Sarau Debaixo, segue uma breve descrição que farei a partir da noção teatral de atos<sup>6</sup>. Com base em um conjunto de anotações decorrentes da observação participante *in loco* de vários saraus realizados pelo Coletivo Sarau Debaixo, é possível sistematizar esses dados a partir de cinco atos que constituem a intervenção urbana.

O primeiro ato é a divulgação do evento na internet. O Coletivo Sarau Debaixo utiliza amplamente da rede social do *facebook* para divulgar e mobilizar o público para a intervenção. Essa divulgação é promovida na página do *facebook* do coletivo<sup>7</sup> onde os militantes do grupo publicam diariamente poesias, notas de repúdio, vídeos e atos de protesto em relação a diversos temas normalmente vinculados com a opressão, repressão e discriminação das minorias e a pauta da mobilidade urbana e a do direito à cidade. Paralelamente a essas ações virtuais cotidianas, o grupo divulga dias antes a realização do sarau através de um cartaz com uma imagem que faz referência ao tema do sarau e que contém a data, o horário e o local onde acontecerá o sarau.

O segundo ato é a montagem e a preparação do espaço. O sarau é normalmente marcado para iniciar às dezoito horas, mas a construção do espaço começa pelo menos três horas antes. Nesse momento, integrantes do coletivo estão embaixo do viaduto preparando o palco que fica na altura do público o que já produz uma noção de horizontalidade, categoria

<sup>6</sup> Os atos consistem em cenas que interligadas constituem a peça de teatro. A utilização desse termo também segue um conjunto de paralelos da teoria interacionista e seu arcabouço analítico pertinente ao estudo da performance (GOFFMAN, 1987, 2010), assim como, o caráter dramático e performático do próprio coletivo em questão.

<sup>7</sup> Ver <https://www.facebook.com/saraudebaixo/?fref=ts>.

---

importante para esses coletivos como o Sarau Debaixo. Logo começam a surgir as pessoas que ficam responsáveis por vender comidas, bebidas, jornais alternativos, discos etc. A iluminação e os demais equipamentos de som e imagem são instalados tendo em vista que frequentemente também são projetados imagens e filmes.

O terceiro ato é o início oficial do Sarau Debaixo. O início da “peça” acontece com uma intervenção política que está em harmonia com o tema da edição do Sarau Debaixo. Na vigésima edição, por exemplo, cujo tema foi “contra a redução da maioridade penal”, houve uma intervenção teatral construída pelos próprios integrantes do coletivo sobre a violência contra os jovens da periferia, o direito ao aborto e as reivindicações dos estudantes que naquele período estava ocupando escolas públicas em São Paulo em protesto pela reforma do ensino público. Esse é o padrão do “terceiro ato” ou o início do Sarau Debaixo, haja vista, a apresentação de uma ou mais intervenção política que tematiza alguma pauta relevante para o grupo que finaliza esse ato com o grito “todo chão será palco, todo muro será poesia, toda cidade poesia, está aberto mais uma edição do Sarau Debaixo”.

O quarto ato é o palco aberto. Esse espaço é dedicado para a divulgação de eventos e outros anúncios, a declamação de poesias, a realização de um protesto político etc. O termo palco aberto consiste justamente em um microfone ligado para a intervenção do público. A pessoa que tiver alguma intervenção para realizar naquele momento, o palco está livre para que possa utilizar. É interessante perceber que, nesse momento, estão presentes militantes de juventudes partidárias ou organizações do movimento estudantil ligadas à partidos políticos que não utilizam esse espaço para mostrar que estão presentes naquele ato e, com isso, serem vistos. Essa prática do “ser visto” é muito comum em outros espaços.

O quinto ato, o mais festivo, é o momento onde as bandas convidadas realizam seus shows. No quinto ato há um comprometimento com os integrantes do Sarau Debaixo em promoverem espaços de socialização cultural com bandas sergipanas autorais e independentes.

A descrição dos atos que constituem o Sarau Debaixo, a intervenção promovida pelo Coletivo Sarau Debaixo, nos revela dois desafios recentes no estudo dos coletivos juvenis que tem surgido na última década. Primeiro, a percepção e atenção dos pesquisadores em relação a essas novas dinâmicas e espaços de sociabilidade juvenis enquanto fluxos de ação coletiva. Para isso, alguns autores já sinalizam (CARRANO, 2012) para a necessidade dos estudos sobre ação coletiva juvenis deslocarem seus olhares para os espaços emergentes de práticas políticas que mesclam, por exemplo, uma ação cultural, festiva e performática com a

---

produção de uma ação e gramática políticas. E segundo, a construção de uma gramática política baseado em ações diretas de intervenção urbana e performáticas e formas de organizações mais horizontalizados.

Nesse sentido, em paralelo com os demais tópicos desse artigo, o estudo sobre a dinâmica dos novos grupos e coletivos juvenis que emergem na última década, exige dos pesquisadores um retorno as transformações recentes na dinâmica política do Brasil, haja vista, a vinculação de vários movimentos sociais como o movimento estudantil e os governos do Partido dos Trabalhadores. Sobre isso, autores como McAdam e Tarrow (2011) já demonstraram a relação entre as transformações dos movimentos sociais e os processos eleitorais. E utilizar aqui como marcos temporais os governos do Partido dos Trabalhadores traz consigo um conjunto de debates e contestações dos movimentos sociais – incluindo aqueles protagonizados pelos jovens – em relação ao processo de institucionalização e perda de autonomia dos movimentos sociais em consequência da interação desses grupos com esses governos.

### **Considerações Finais**

Esse artigo buscou analisar alguns desafios no estudo da dinâmica política no Brasil. Na primeira parte, a luz de debates realizados nas Ciências Sociais brasileira, destacamos a construção de conceitos como dominação colegial em Queiroz (1976), voto-adesão em Palmeira (1996) e parentela em Lewin (1993). Através das noções de reflexividade e positividade empírica que em seu conjunto salientam a importância do trabalho empírico e a sua constante relação com os aspectos teóricos, buscamos demonstrar como a construção dos conceitos anteriormente acentuados tomaram como a base a revalidação teórica a partir dos estudos empíricos que compuseram suas pesquisas.

Na segunda parte, baseado em pesquisa de dissertação em desenvolvimento sobre os novos coletivos e movimentos juvenis que tem surgido na cidade de Aracaju na última década, o paper refletiu sobre os repertórios de ação utilizados por esse grupo e, com isso, a construção de gramáticas políticas que acompanham suas formas de ação. A partir disso, foi realizada uma descrição sobre o Sarau Debaixo, uma intervenção político-cultural do Coletivo Sarau Debaixo que é o estudo de caso da dissertação, assim como se desenvolve nessa intervenção – interpretada também como um repertório de ação e espaço de sociabilidade juvenil – um discurso político baseado na ideia de horizontalidade e da experiência da

intervenção enquanto um espaço de formação política alternativo às formas “tradicionais” de práticas e concepções políticas.

Em suma, o artigo buscou debater a partir dos princípios da reflexividade e positividade empírica os desafios do estudo da dinâmica política no Brasil. Tanto nos debates dos autores destacados e as “teorias modernizantes” quanto no estudo da dinâmica recente dos coletivos e movimentos juvenis. No segundo caso, buscamos salientar a necessidade do deslocamento dos estudos sobre ação coletiva para os espaços recentemente em emergência onde estão se propondo outros modelos de prática política. Em grande parte, os estudos recentes têm demonstrado a importância das intervenções urbanas para a construção de repertórios de ação coletiva que misturam elementos artísticos e políticos e que buscam na ressignificação do espaço urbano o principal componente contestatório.

### **Referência Bibliográfica**

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia e Antropologia**. Vol. 02-03, 2012, pg. 21-41.

AUYEIRO, J. A rede de solução de problemas do peronismo. **Revista brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 10, janeiro-abril de 2013, p. 107-150.

\_\_\_\_\_. “From the client’s point(s) of view”: How poor people perceive and evaluate political clientelism. **Theory and Society**. 28, 1999, p. 297-334.

BAIOCCH, G.; CONNOR, B. T. The *Ethnos* in the *Polis*: Political Ethnography as a Mode of Inquiry. **Sociology Compass**. 2008, p. 139-155

BECKER, H. S. **Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BEZERRA, M. O. Representantes políticos, relações pessoais e reputação. In: **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 279-318.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 17-58.

CARDOSO, F. H. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1º Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 1, n. 3, 1987.

\_\_\_\_\_. A trajetória dos movimentos sociais. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 81-91.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O social em questão**. Ano XV, n. 27, 2012, pg. 83-100

CEFAÏ, D. (dir). Introduction: l'engagement ethnographique. **L'engagement ethnographique**. Paris: Editions de l'EHESS, 2010, p. 7-21.

GOFFMAN, E. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, jul-dez. de 2009, p. 323-354.

GOODY, J. **O Roubo da História. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. **BIB**. Rio de Janeiro n. 23, 1987, p. 18-34.

KUSCHNIR, K. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22, n. 64, 2007.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 2013 (3º Edição).

\_\_\_\_\_. Se falássemos um pouco de política?. **Revista Política e Sociedade**. N. 4, abril de 2004.

LEWIN, L. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. (Capítulo III e Conclusão). Rio de Janeiro: Record, 1993.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 28, set/dez. 2011, p. 18-51.

MILLS, W. C. Do artesanato intelectual. **A imaginação sociológica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 211-245.

\_\_\_\_\_. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Seleção e introdução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

OLIVEIRA, W. J. F. de. O antropólogo como um “espião”: quando a observação participante põe em “risco” as fronteiras dos grupos estudados. **Revista Pós Ciências Sociais**. V. 7, n. 14, jul./dez. de 2010, p. 123-142.

---

PALMEIRA, M. Política, facções e voto. In: \_\_\_\_\_; GOLDMAN, M. (Org.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p. 41-55.

PEIRANO, M. G. S. A índia das aldeias e a índia das castas. **Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas**. Brasília: Editora UNB, 1992.

QUEIROZ, M. I. P de. O Coronelismo numa interpretação sociológica e Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 163-216.

SCHATZ, E. **Political ethnography: what immersion contributes to the study of power**. (Introdução: Ethnography immersion and the study of politics e Conclusão: What kind(s) of ethnography does political science need?). Chicago: University of Chicago Press, 2009.

TAVOLARO, S. B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 57, n. 3, 2014, pp. 663-673.